

Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada 3/6193

Classificação
050302

Data
9, 6, 16



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)

PERGUNTA Número 2766 / x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>17 / 6 / 2009</u>
Q Secretário da Mesa <u>M. Correia</u>

Assunto: **Stocks de azeite por escoar**

Destinatário: **Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**

*Por determinação de S.E.C.P.A.R. a
Sua Secretária da Mesa*

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

09.06.17

[Handwritten signature]

Zonas tradicionais de produção de azeite, como Trás-os-Montes, estão a braços com diversos problemas de escoamento de produções das últimas safras. Mais de 60% da safra de 2008/2009 está por vender.

Algumas estruturas cooperativas, nomeadamente as que não trabalham à maquia, estão com milhares de litros por comercializar e não vêem luz ao fundo do túnel para a resolução do problema.

A Cooperativa de Olivicultores de Valpaços, segundo o seu Presidente, tem em stock 1,2 milhões de litros por escoar. Mas a generalidade dos produtores dispõe também de volumes significativos que não conseguem comercializar porque os preços oferecidos são ridículos, não compensando sequer os custos de produção.

O problema resulta, fundamentalmente, não só da expansão dos olivais intensivos no Sul do País a entrar em produção, como das importações realizadas pela grande distribuição a preço de saldo, nomeadamente de Espanha. De notar que esses preços são possíveis porque o Governo e autoridades regionais do País vizinho estão a intervir, designadamente para sanear o mercado, retirando para armazenamento, com apoios públicos, elevadas quantidades (armazenamento por seis meses de 150 milhões de litros).

Refira-se a existência, nas unidades da grande distribuição, de preços de azeite das chamadas marcas brancas de 2,92€, 3,92€, 3,05€, 2,45€, e até 1,9€, por litro, incompatíveis para a



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

generalidade da produção em olivais tradicionais. Pode dizer-se que esses preços não pagam hoje a apanha da azeitona! Aliás, parte dessas embalagens está em situação ilegal, não indicando produtor ou país de origem!

A não tomada de medidas de apoio aos produtores de olivais tradicionais significa a sua condenação à morte a mais ou menos curto prazo.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que avaliação tem o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas da situação por grandes regiões produtoras – Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Baixa, Alentejo e Estremadura?
2. A comprovar-se a gravidade da situação referida, que medidas vai tomar o Governo para lhe responder? Que medidas podem ser tomadas para evitar o agravamento da situação económico-financeira das cooperativas nesta situação? Que intervenção pode ser feita de retirada e armazenamento? Vai apoiar as organizações de produtores a «aguentarem» os stocks? Vai apoiar a sua exportação?
3. A situação existente torna mais evidente a necessidade de ajudas no âmbito das agro-ambientais para apoiar a produção em olivais tradicionais, e as organizações de produtores que comercializam o seu azeite. Vai o Governo, na reformulação do ProDeR, encontrar solução para o problema, recuperando e reforçando uma anterior medida do PROAGRI? Que outras medidas vai tomar?

Palácio de S. Bento, 16 de Junho de 2009

O Deputado,

Agostinho Lopes